

FRAUDES RELACIONADAS A BENEFÍCIOS TRABALHISTAS: ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Ronaldo Júnior D'Aldolci Milani; Ricley de Azevedo Bizarria dos Santos; Natan Martins Borduan Cândido; Aline Souza Tinoco Gomes de Melo.

1. Universidade Iguazu; 2 Universidade Iguazu; 3 Universidade Iguazu; 4 Universidade Iguazu

E-mail do autor principal: juniorronaldo3546@gmail.com

Introdução e/ou Fundamento: No contexto contemporâneo das relações trabalhistas, a ocorrência de fraudes relacionadas a direitos e benefícios trabalhistas representa um desafio para a efetividade das normas de proteção social. Em diferentes situações, práticas destinadas a contornar o ordenamento trabalhista podem comprometer a finalidade dos benefícios trabalhistas e gerar distorções na garantia de direitos e nas políticas públicas. Nesse cenário, a fraude trabalhista assume relevância jurídica ao envolver condutas voltadas a afastar a incidência da disciplina jurídica do trabalho ou obter vantagens indevidas. No plano doutrinário, a fraude trabalhista pode ser compreendida como a prática de atos voltados a impedir ou desvirtuar a aplicação das normas de proteção ao trabalho. Conforme leciona Maurício Godinho Delgado, tais condutas buscam frustrar a incidência da legislação trabalhista ou produzir vantagens indevidas nas relações laborais, em afronta ao disposto no art. 9º da Consolidação das Leis do Trabalho. **Objetivo:** Analisar as principais formas de fraude relacionadas a benefícios trabalhistas e seus impactos jurídicos e sociais nas relações de trabalho. **Material e Métodos:** O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados dispositivos da Constituição Federal, da Consolidação das Leis do Trabalho, da legislação relacionada a benefícios trabalhistas e obras doutrinárias do Direito do Trabalho. **Resultados:** A análise demonstra que fraudes nas relações de trabalho podem ocorrer de diferentes formas, envolvendo empregadores e trabalhadores. No âmbito patronal, destacam-se práticas como a ausência de registro do vínculo empregatício ou o pagamento irregular de verbas trabalhistas para reduzir encargos legais. Por outro lado, também se verificam situações em que trabalhadores participam de acordos informais para simular dispensas sem justa causa, possibilitando o recebimento indevido do seguro-desemprego ou de outros benefícios relacionados à relação de emprego. **Conclusões:** Conclui-se que fraudes envolvendo benefícios trabalhistas representam um desafio para a efetividade das normas de proteção ao trabalho e para a destinação de políticas públicas de proteção social. Nesse sentido, o fortalecimento da fiscalização e a

conscientização sobre a função da legislação trabalhista mostram-se fundamentais para preservar a integridade das relações de trabalho.

Palavras-chave: Direito do Trabalho; Fraude trabalhista; Benefícios trabalhistas; Relações de trabalho; Proteção social.